

**CABO VERDE TEM MAIS
UMA COMPANHIA AÉREA**

Cifrão

**ANAC CHUMBA PROPOSTA DA
TELECOM PARA AUMENTO DE TARIFAS**

Cifrão



ABERTURA DO ANO POLÍTICO

JORGE SANTOS E JOSÉ MARIA NEVES VÃO-SE ENCONTRAR BREVEMENTE

Págs. 12 e 13

REPORTAGEM

Centrais

**PARCERIA COM A NATO É
TESTADA EM BRUXELAS**

ACTUALIDADE

Pág. 4

**MANUEL VEIGA
FICA NO GOVERNO**

SOCIAL

Pág. 17

**MÃE ORQUESTRA RAPTO
DA PRÓPRIA FILHA** Pág. 5



APRESENTAÇÃO ELECTRÓNICA DE FACTURAS / PAGAMENTO DE SERVIÇOS

Com a GARANTIA, já pode consultar e liquidar as suas facturas nas caixas ATM,
a qualquer hora, em qualquer ponto da Rede **vinti4**


GARANTIA
Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.

Contacte-nos!

CV Telecom contesta "A Semana"

COMUNICADO

1. O Conselho de Administração da CVTelecom protesta, veementemente, pela forma tendenciosa como foi tratado o dossier de rebalanceamento tarifário no jornal **A Semana**, 20 de Outubro de 2006, 6ª feira.
2. Tratou-se, com efeito, de um autêntico serviço de desinformação, porque baseado em fontes anónimas e sem o concurso do principal visado – a CVTelecom –, não contribuindo em nada, pelo contrário, para o esclarecimento da opinião pública, como se constatou.
3. No âmbito do processo de liberalização do sector das telecomunicações no País, a CVTelecom apresentou à ANAC, agência reguladora, para discussão, uma proposta de rebalanceamento tarifário, dossier incontornável para a prossecução dos objectivos do referido processo, cujos contornos não correspondem aos dados avançados no artigo e que serviram de base a toda a tentativa de confundir a opinião pública.
4. Sendo uma matéria, inequivocamente, de interesse público, para uma informação séria, responsável e com ética, o mínimo que se recomendava é que os dados avançados fossem fidedignos, pois a forma encontrada para divulgação do referido *dossier* só veio influenciar, pela negativa, todo o processo negocial e, conseqüentemente, a opinião pública.
5. A atitude da CVTelecom perante a sociedade caboverdeana tem sido pautada pelo respeito aos princípios éticos e em situação alguma levamos a informação para a opinião pública sem estar devidamente tratada, como é o caso das actuais negociações para o estabelecimento de um novo tarifário para o serviço telefónico fixo.
6. As relações da CVTelecom com a comunicação social sempre foram baseadas no respeito pela missão das partes, pelo que as portas da Empresa nunca estiveram fechadas para o tratamento de qualquer assunto que diga respeito à Empresa e seja de interesse público.

Praia, 25 de Outubro de 2006
O Conselho de Administração da CVTelecom

A Agência Nacional de Comunicações chumbou esta quarta-feira, 25, a proposta da Cabo Verde Telecom, que, para compensar a redução do custo das chamadas internacionais, pretendia aumentar até cerca de 300% o preço na rede fixa local. A CVTelecom vê-se assim obrigada a baixar a sua proposta antes de a submeter ao Conselho Consultivo da ANAC, que volta a reunir-se dentro de 15 dias.



TARIFA TELEFÓNICA

ANAC chumba proposta da Telecom

A proposta do novo tarifário a ser praticado na rede fixa, apresentada pela Cabo Verde Telecom, não passou no Conselho Consultivo da Agência Nacional de Comunicações. Este órgão da ANAC, que se reuniu quarta-feira, 25, para aprovar a nova tabela de preços de telefone fixo, considerou "exagerada" a percentagem de aumento sugerida pela empresa de telecomunicações. Por isso, decidiu chumbar a proposta da Telecom, representada no encontro pelo presidente da Comissão Executiva da empresa, Pires Correia, e pelo administrador Nuno Leite.

É que, segundo **A Semana** apurou, e tal como tínhamos anunciado na edição anterior deste jornal, a CVTelecom aceitou baixar o custo das chamadas internacionais em mais de 70%, mas, em compensação, pede um aumento na tarifa das chamadas locais de telefone fixo que, em alguns casos, chega a 300%.

De acordo com a proposta da CVT, a variação dos preços seria faseada: conhecerá três etapas, no espaço de um ano. Por exemplo, para as chamadas internacionais a empresa de telecomunicações propôs uma redução de 50% logo no início (Novembro), baixando gradualmente a tarifa internacional até chegar, em Novembro de 2007, a cerca de 70% mais barato do que é agora. O mesmo sistema deveria aplicar-se nas

chamadas locais, só que no sentido ascendente e com um impacto muito maior no bolso dos cabo-verdianos. Basta dizer que a CVT quer subir a tarifa local em escalas que vão de 150 a perto de 300% sobre o valor actual, além de duplicar o custo da Internet.

Mais, a Telecom dividiu os seus 73 mil clientes da rede fixa em três segmentos: o cliente "Básico", que é o cidadão comum, as "Empresas" e os utentes "Internacionais", que são os que efectuem mais chamadas para o estrangeiro do que dentro do território nacional. Cada segmento teria o seu custo de telefone, com vantagem para as empresas que passariam a pagar muito menos pelas suas chamadas internacionais e ligações do telefone fixo para o telemóvel. Enquanto isso, o cliente básico pagaria mais um escudo nas chamadas interurbanas e mais três escudos para as ligações locais.

Outro exemplo: para uma assinatura mensal (taxa fixa obrigatória que hoje está a 250 escudos/mês) nos clientes "básicos", a Telecom quer passar a cobrar 450 escudos a partir de agora, subindo para 500 escudos, em Maio do próximo ano, até chegar a 750 escudos mensais em Novembro de 2007. Para as empresas, a assinatura mensal passaria a custar 500 escudos agora e mil escudos em Novembro do próximo ano. Nessa mesma categoria, os clientes "Interna-

cionais" ficariam numa linha intermédia, entre o "básico" e as "empresas". Nesta actualização, o custo da Internet seria duplicado, passando da média de 1\$60 por minuto, para uma média de 3\$00 por minuto daqui a um ano.

Além disso, a CVTelecom apresentou uma proposta à ANAC que, segundo uma fonte deste jornal, briga com todas as leis da concorrência. Segundo essa proposta, nenhum outro operador que venha a entrar no mercado das telecomunicações em Cabo Verde pode aplicar uma tarifa telefónica internacional inferior à praticada pela CVT, pelo menos durante os próximos doze meses, a fim de a empresa do grupo PT não ficar prejudicada.

Tanto esta como a proposta global de rebalanceamento tarifário apresentada pela Telecom foram rejeitadas pelo Conselho Consultivo da ANAC. Mas o dossier deve voltar à mesa de negociações dentro de 15 dias que é o prazo que aquele órgão da ANAC – integrado ainda pela Direcção de Indústria e Energia e pelas associações de defesa do consumidor – tem para agendar um novo encontro. Até lá, a CVT tem tempo para reavaliar a sua proposta e apresentar uma tabela tarifária mais equilibrada. Certo é que os custos das chamadas locais vão aumentar, para que a CVT possa reduzir a tarifa internacional. **Herminio Silves**



Rua Angola nº 23 – S. Vicente
Telef. 232 31 57 – Fax. 232 31 54
Móvel. 997 98 53

Sociedade Comercial Vasconcelos Lopes, Lda. Sempre Consigo

Manuel Veiga mantém-se no governo

Manuel Veiga, que se encontra em convalescença nos EUA, afinal já não vai deixar o Ministério da Cultura. A informação foi avançada a este jornal pelo próprio primeiro-ministro, José Maria Neves, que se encontrou recentemente com Veiga, aquando da sua estada em Nova Iorque. Janeiro é a data em que Manuel Veiga irá reassumir as suas funções governativas.

José Maria Neves deixou de procurar um sucessor para Manuel Veiga no cargo de ministro da Cultura. A rápida recuperação de Veiga – que em 29 de Agosto sofreu o que na altura se julgava ser um grave acidente cardiovascular em Nova Iorque – levou o chefe do governo a mudar de ideias. De acordo com o primeiro-ministro, aquando da sua recente visita aos EUA esteve com Manuel Veiga e pôde constatar que, afinal, o estado de saúde daquele seu colaborador não é tão grave como inicialmente se chegou a pensar.

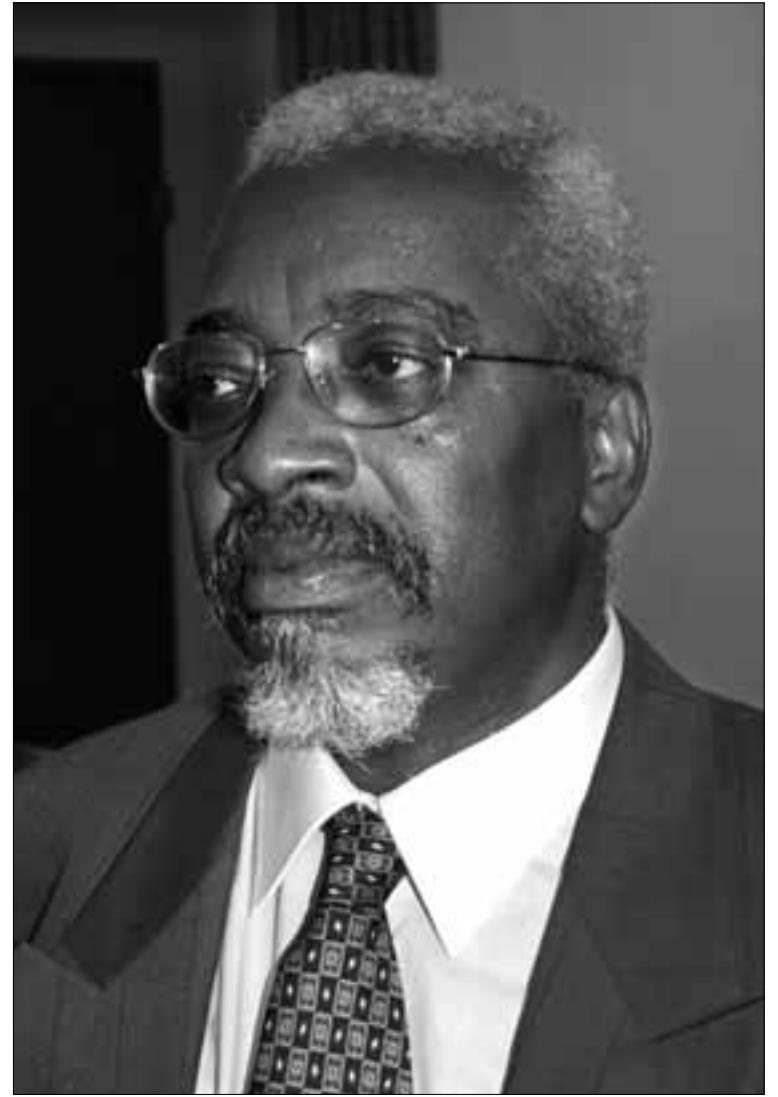
Na altura em que o AVC aconteceu, chegou-se até a falar que Manuel Veiga poderia ter de recorrer a um transplante de coração e que muito dificilmente poderia voltar a ter uma vida normal, daí a necessidade de se afastar da actividade política. «Depois da minha visita, viajei de Boston para Nova Iorque para vê-lo e conversámos demoradamente», diz José Maria Neves.

E acrescenta: «Ele, como é sabido, pediu a exoneração do cargo de ministro da Cultura mal sofreu o AVC, tendo eu próprio prometido, da última vez que falei publicamente sobre o assunto,

que seria encontrado um sucessor no prazo de duas semanas. Sucede que, ao contrário do que todos nós chegámos a temer, ele se recuperou muito bem. Ele próprio me disse que está em condições de regressar a Cabo Verde e reassumir as suas funções, se necessário for».

Portanto, sendo assim, JMN revelou a este jornal que Manuel Veiga já não vai deixar o governo. E mais: o seu regresso a Cabo Verde está previsto para Dezembro, devendo reassumir o Ministério da Cultura em Janeiro. Até lá o ministro dos Negócios Estrangeiros, Victor Borges (que chegou a dirigir a Cultura no primeiro governo de JMN), vai continuar a assegurar, por substituição, a referida pasta. «Os dossiers, e todos os demais assuntos do MC, estão a ter o seu normal desenvolvimento», assegura José Maria Neves.

Sensibilizado com os sinais de apreço e solidariedade que recebeu ao longo destes últimos dois meses, Manuel Veiga escreveu, entretanto, uma carta aos seus concidadãos (que **A Semana** publica em Kriolidadi) na qual agradece ao seu povo por esta prova de carinho a ele demonstrada.



RSF: Cabo Verde desce 16 posições no “ranking” da liberdade de imprensa

Cabo Verde caiu 16 posições no “ranking” da liberdade de imprensa elaborado anualmente pelos Repórteres sem Fronteiras. O arquipélago está agora na 45ª posição, que partilha, ex-aequo, com Moçambique, Sérvia e Montenegro e com a Macedónia. Atrás de Cabo Verde estão países como os EUA (53º) e o Brasil (75º).

Depois de ter estado durante dois anos entre os 40 primeiros países na Classificação Mundial para a Liberdade de Imprensa, criada pelos Repórteres Sem Fronteiras, Cabo Verde volta a figurar abaixo da 40ª posição.

Em 2005, o arquipélago conseguiu o melhor “ranking” de sempre (29º), situando-se à frente da França. Uma subida assinalável em relação a 2004 (38º) e a 2002 (46º) e 2003 (47º), as piores posições do país neste “ranking”.

À frente dos EUA pela segunda vez consecutiva, e do Brasil, Cabo Verde situa-se, em 2006, no 45º lugar entre 167 países, classificando-se nesta posição, ex-aequo, com Moçambique, Sérvia e Montenegro e com a Macedónia.

Todos os países de língua oficial portuguesa caíram vários lugares nesta lista, à excepção de Moçambique e de Portugal. Este está entre os dez primeiros, posicionando-se à frente da Espanha (41º), Suécia (14º), França (35º), Dinamarca (19º) e do Canadá (16º). Angola ocupa a 91ª posição, a Guiné-Bissau o 62º lugar, o Brasil o 75º e Timor-Leste está no 82º lugar.

O primeiro lugar da lista é da Finlândia, em posição ex-aequo com a Irlanda, Islândia e Holanda. Os países com maiores restrições à liberdade

de imprensa são a Coreia do Norte, o Turquemenistão e a Eritreia - “o trio infernal da liberdade de imprensa”, refere o relatório.

Os RSF felicitam “os países do hemisfério Sul que ganham todos os anos posições e se colocam à frente de Estados europeus e dos EUA”. “Prova que mesmo sendo pobres podem ter muito respeito pela liberdade de imprensa”, assinala o relatório.

O documento diz ainda que os EUA caíram nove posições, relativamente ao ano passado, um facto que se relaciona com o Patriot Act, medida imposta por George W. Bush para combater o terrorismo, a qual, por exemplo, deixa a descoberto fontes dos jornalistas.

O índice, divulgado no final da semana passada, reporta-se ao período entre 1 de Setembro de 2005 e 1 de Setembro de 2006 e baseia-se nos dados recolhidos num questionário, com 50 perguntas, elaborado pela Repórteres Sem Fronteiras.

O inquérito foi preenchido por grupos de defesa da liberdade de expressão, correspondentes da RSF, jornalistas, investigadores, juristas e activistas dos direitos humanos.

Entre os critérios utilizados para a sua elaboração conta-se o número de jornalistas mortos e detidos, ameaçados e agredidos. Outros indicadores são dificuldades para obter informação estatal e pública, restrições no acesso à cobertura de notícias nalguma região do país, existência de meios de comunicação da oposição, de auto-censura generalizada na imprensa privada e monopólios estatais de televisão.



air sénégál international
GROUPE ROYAL AIR MAROC

Air Senégal International tem o prazer de informar a sua amável clientela da mudança dos seus escritórios a partir do dia 2 de Novembro de 2006 para o endereço seguinte:

RUA SERPA PINTO, 8 B

PLATEAU - PRAIA

Para nos contactar, favor utilizar os mesmos números:

Tel: 261 75 29/39

Fax: 261 54 83

Email: praia@airsenegalinternational.sn



AIR SENEGAL INTERNATIONAL
VAI ADORAR A NOSSA COMPANHIA

APAGÕES NA PRAIA

Cortes pontuais

O presidente da Comissão Executiva da Electra afirma que os cortes de energia eléctrica que afectaram cerca de dois terços da capital no início desta semana foram pontuais e resultaram, uns, de avarias ocorridas na empresa. Outros foram provocados "por terceiros", diz Antão Fortes, que tranquiliza os praienses garantindo que essas avarias já foram reparadas, mas não descarta de todo novos cortes, tendo em conta que ainda persiste um défice de potência energética na Praia.

Os cortes de energia eléctrica registados na Praia na segunda e terça-feira são, ainda no entender de Antão Fortes, consequência das situações anteriores. "Os serviços de limpeza da Câmara Municipal da Praia cortaram, na segunda-feira, 23, um cabo na zona da Várzea. Eles estavam a retirar a lama de uma vala que

fica nas proximidades do Palácio do Governo quando arrebentaram os cabos de energia e água da Electra", informa.

O que já era ruim ficou pior na terça-feira quando a Electra decidiu, de acordo com o presidente da CE, substituir um radiador de um dos Caterpillares de Palmarejo. "Foram situações pontuais, que já foram resolvidas", alega, acrescentando: *É bom salientar que muitas das avarias acontecem por causa de terceiros. Entretanto neste caso, a Electra também contribuiu para agravar a situação da Praia*".

Sobre os geradores alugados e que vêm garantindo o abastecimento da capital, Antão Fortes esclarece que vão continuar a funcionar até à reposição da normalidade na Praia.

CP



Sexta-feira, 27 de Outubro de 2006

Actualidade

CSA Cabo Verde Shipping Agency, Lda.

De porto em porto até si.

Portos	REMO I Voy 22.630	EASTSTAR Voy 22.631	REMO II Voy 22.632	EASTSTAR Voy 22.633	REMO II Voy 22.634	EASTSTAR Voy 22.635	REMO II Voy 22.701	EASTSTAR Voy 22.702
Rotterdam (a)	12 Out	23 Out	29 Out	10 Nov	25 Nov	2 Dez	12 Dez	23 Dez
Antwerp (a)	14 Out	25 Out	1 Nov	12 Nov	27 Nov	4 Dez	14 Dez	27 Dez
Le Havre (a)	15 Out	27 Out	4 Nov	15 Nov	30 Nov	7 Dez	17 Dez	30 Dez
Leixões	23 Out	2 Nov	13 Nov	22 Nov	4 Dez	13 Dez	26 Dez	3 Jan
Lisboa	24 / 25 Nov	3 Nov	14 Nov	23 Nov	5 Dez	14 Dez	27 Dez	4 Jan
Laz Palmas (b)		6 Nov	17 Nov	26 Nov	8 Dez	17 Dez	30 Dez	7 Jan
S. Vicente	30 Out	9 Nov	20 Nov	29 Nov	11 Dez	20 Dez	2 Jan	10 Jan
Praia	31 / 01 Nov	10 / 11 Nov	21 / 22 Nov	30 / 01 Dez	12 / 13 Dez	21 / 22 Dez	03 / 04 Jan	11 / 12 Jan
Bissau	03 / 04 Nov	13 / 14 Nov	23 / 24 Nov	03 / 04 Dez	14 / 15 Dez	24 / 26 Dez	06 / 07 Jan	13 / 14 Jan
Leixões	10 Nov	20 Nov	30 Nov	11 Dez	22 Dez	1 Jan	14 Jan	21 Jan

Obs.: (a) O transporte até Leixões será efectuado pelo serviço da CPDR ou Fortlink.
(b) Subject inducement

Santiago - Praia
Rua Visconde S. Januário n°12
Caixa Postal 501 - Praia

João Nunes
Tel: +238 2 611179
Fax: +238 2 611198
E-Mail: csa.com@cvtelecom.cv

S. Vicente - Mindelo
Rua Angola - Prédio Miguel
Coronel R/C - Mindelo

Lucas Monteiro
Tel: +238 2 322750
Fax: +238 2 322751
E-Mail: csa.vxe@cvtelecom.cv

Agentes em Cabo Verde de:



STORKSHIP

MISSÃO CABO-VERDIANA RECEBIDA PELA NATO

Cabo Verde e a NATO iniciaram contactos, em Bruxelas, com vista ao estabelecimento de uma eventual parceria no domínio da segurança.

Assim, uma delegação composta por deputados, jornalistas e diplomatas foi recebida no Quartel Geral das Forças Aliadas na Europa por altas patentes dessa organização militar, nos dias 19 e 20 de Outubro. A Aliança incitou a cidade da Praia a apresentar uma proposta concreta sobre as acções a serem implementadas, até porque a situação de Cabo Verde é considerada inédita no quadro das relações de parceria da NATO. Uma das ideias aventadas é a possibilidade de tropas cabo-verdianas participarem em missões da Aliança.



Delegação cabo-verdiana/Nato

Balão de

Uma delegação cabo-verdiana composta por deputados, jornalistas e diplomatas efectuou um contacto estreito com altas patentes da NATO, em Bruxelas, numa iniciativa que visou lançar as bases de uma futura parceria entre Cabo Verde e a Aliança Atlântica. Quatro meses após o término do exercício Steadfast Jaguar 2006, Cabo Verde e a Organização do Tratado Atlântico Norte sentaram-se à mesa das negociações na sede dessa aliança político-militar com um propósito simples: como encetar uma parceria entre as partes no domínio da segurança.

O primeiro passo para essa eventual aproximação aconteceu com os treinos da NRF – Força de Reacção Rápida – em Cabo Verde e, tal como previu o primeiro-ministro José Maria Neves, a etapa seguinte é assegurar uma relação com a NATO no domínio da defesa, capaz de dar combate ao crime organizado no chamado “Corredor do Atlântico”.

Em termos concretos, a estratégia da cidade da Praia é mostrar à NATO o papel tampão que o arquipélago pode desempenhar nesta zona do Atlântico, na luta ao terrorismo e crimes conexos. Aliás, este tem sido também o discurso apresentado por Cabo Verde aos países da União Europeia para justificar o reforço da cooperação mútua no sector da segurança.

“De facto, Cabo Verde pode desempenhar um papel essencial a nível da segurança na Europa. Os riscos que enfrentamos dizem respeito ao continente europeu, daí se justificar uma parceria recíproca. Mas também é certo que a União Europeia e a NATO são duas instituições diferentes que, obrigatoriamente, encaram esse discurso de forma diferente”, explica o deputado Armindo Maurício, que encabeçou a missão à sede da NATO, na Bélgica.

Segundo Maurício, a Aliança Atlântica é uma organização composta por 26

seis países e que toma as suas decisões, incluindo as relativas às parcerias, na base da unanimidade. Esta particularidade, no entendimento do ex-ministro da Defesa, que lidou com o processo “Steadfast Jaguar”, vai implicar um esforço diplomático gigantesco por parte de Cabo Verde junto de todos os Estados-membros da NATO, para poder conseguir os seus intentos. Um “trabalho de formiga”, como prefere dizer Maurício nos bastidores.

Aliás, a relação Cabo Verde NATO é considerada inédita na história dessa instituição militar internacional, como deixou claro em Bruxelas o embaixador Alessandro Rizzo, Secretário-Geral Adjunto da Organização. “O relacionamento com Cabo Verde é inédito e esperamos que o país venha a ser pioneiro nas futuras relações da NATO com outros países”, frisou Rizzo, que almeja um programa de intercâmbios entre a NATO e a cidade da Praia. O certo, no entanto, é que a situação de Cabo Verde foge do quadro normativo das parcerias da NATO com países que não pertencem à Aliança.

Neste momento, segundo dados avançados por altas patentes da organização, a NATO mantém relações especiais com determinados países africanos mediterrânicos, com a Rússia, Ucrânia, Geórgia, Turquia, Albânia, Croácia e tem ainda em carteira projectos com o Japão, Austrália... E, tal como Cabo Verde, existe um conjunto de Estados dispostos a tornarem-se parceiros e até membros da Aliança. Porém, a NATO não pretende aceitar novos filiados, pelo menos não faz parte da agenda da sua próxima cimeira, marcada para Novembro, em Riga, Letónia.

PASSOS PRÁTICOS

Cabo Verde terá de ter uma atitude “agressiva e realista” para poder alcançar

um acordo de parceria junto da Organização do Tratado Atlântico Norte. Como deixou claro Alessandro Rizzo, é preciso haver uma lógica de cooperação definida em bases práticas. “Vejo com bons olhos o nascimento de um novo capítulo. Precisamos continuar a trabalhar com calma mas numa base pragmática. No fundo, somos uma Organização que prima pela prática”, explicou o Secretário-Geral Adjunto da NATO no encontro com a missão cabo-verdiana.

Uma das opções lançadas “ao ar” pode ser o envolvimento de tropas cabo-verdianas nas operações militares da NATO, mesmo que seja com pequenas unidades. Ficou evidente que, para a NATO, isso seria uma acção concreta, representativa das reais intenções da cidade da Praia. Todavia, a questão é saber se as FA, e a própria sociedade civil cabo-verdiana, estão preparadas para aceitarem os ónus de eventuais missões militares em cenários de guerra.

Para Armindo Maurício, esse quadro vai obrigar Cabo Verde a reflectir sobre as suas organizações armadas, nomeadamente a tropa, a polícia e os próprios serviços internos de segurança. Na sua perspectiva, cabe aos ministérios da Defesa e dos Negócios Estrangeiros trabalharem essa perspectiva e preparar as FA para estarem adequadas às exigências da NATO.

A viagem a Bruxelas serviu de balão de ensaio para futuras acções a serem encaradas pelo executivo de Cabo Verde. Algumas ideias foram aventadas e podem ou não ser assumidas pela cidade da Praia. Além da eventual participação em acções militares, falou-se na possibilidade de Cabo Verde integrar uma força policial que a União Europeia pretende criar. A nível estratégico, ficou claro que este arquipélago pode usar a sua localização geográfica e capacidade de influência em África em prol da segurança global. O reforço da vigilância portuária foi



Embaixador Pacheco Gomes, representante permanente de Portugal na NATO



Deputado Armindo Maurício e embaixador Amante da Rosa



Embaixador Fernando Whanon

ensaio

também apontado como um passo fundamental nesse processo. Como contrapartida, Praia poderia beneficiar, por exemplo, dos programas de formação da Aliança para oficiais.

“Cabo Verde tem de ser agressivo se quer essa parceria e a melhor via é a participação em algo palpável. Se optar por entrar nos Comitês da NATO vai ficar nesse domínio para sempre”, advertiu um oficial dessa força aliada, para quem Praia terá de tomar a iniciativa de apresentar uma proposta concreta daquilo que pretende da Organização Atlântica.

Este ponto foi, aliás, bastante focado: a necessidade de Cabo Verde formalizar uma proposta que sirva de guia às relações de cooperação com a Nato. Para Armindo Maurício, o próximo passo será colocar os pés no chão e apresentar um plano realista, que demonstre a determinação de Cabo Verde em ser útil à Aliança e ao mundo, em termos mais amplos.

Pelo menos, à primeira vista, os conceitos de segurança defendidos por ambas as partes são similares, como aconteceu um diplomata cabo-verdiano. E essa realidade, na sua perspectiva, é um elemento facilitador dos futuros negociações entre as partes.

O PAPEL DE PORTUGAL

Membro efectivo da NATO, Portugal não esconde o seu apoio político ao processo de aproximação de Cabo Verde à Aliança Atlântica. Porém, advertiu o embaixador José Pacheco Gomes, este dossier tem de ser tratado com o realismo possível. Na perspectiva deste diplomata, Cabo Verde deve optar pela técnica dos pequenos passos, ou seja, acções pontuais e concretas. *“Por motivos diversos, queremos fazer essa aproximação de forma casuística. É mais complicado conseguir uma ligação institucional. Vamos pela técnica dos pequenos passos para conseguirmos uma maior ligação entre os dois lados”,* clarifica Pacheco Gomes, assegurando que Lisboa quer facilitar as relações da cidade da Praia tanto com a Aliança Atlântica, como com a União Europeia.

Para este diplomata, o sucesso do *“Steadfast*

Jaguar” no aspecto militar e social tem estado a jogar a favor de Cabo Verde junto do Tratado Atlântico Norte. Adverte, no entanto, que as decisões tomadas na Aliança requerem o consenso de todos os seus membros, o que pode dificultar as pretensões do Palácio da Várzea. E, assegura, Cabo Verde é, na realidade, um caso a parte, no quadro das parcerias em curso na NATO. Além disso, sublinha Pacheco Gomes, a NATO está a enfrentar uma fase de rápidas transformações, nomeadamente na área das parcerias estratégicas, aceleradas com os atentados terroristas contra os Estados Unidos, em 2001. *“Por isso as discussões são muito acesas a nível interno”,* acrescenta o diplomata, para quem Cabo Verde adoptar como estratégia uma aproximação suave com a NATO, conquistar a confiança da instituição e depois mostrar a sua utilidade na questão da segurança mundial”.

“Tentamos analisar Cabo Verde como um caso a parte. A relação é inédita, pois foge dos quadros existentes. Não podemos pegar o país e colocá-lo, por exemplo, no projecto Diálogo com o Mediterrâneo”, exemplifica Pacheco Gomes, adiantando, no entanto, que a cidade da Praia pode ser útil à NATO junto do continente africano. Só que, como ficou claro em Bruxelas, a África não constitui actualmente uma prioridade para a NATO, apesar da presença de tropas da Aliança em Darfur, a pedido da União Africana.

Para Pacheco Gomes, o proveito máximo que Cabo Verde pode tirar da NATO, neste momento, é sua inclusão nos programas formativos. Quanto à provável participação de tropas cabo-verdianas nas missões da Aliança Pacheco Gomes considera esse cenário provável desde que venha a haver uma profunda transformação nas FA cabo-verdianas. Na sua perspectiva, Praia ainda não dispõe de capacidade militar para incorporar as missões da NATO.

CIMEIRA DE RIGA

As negociações entre a NATO e Cabo Verde surgem numa altura em que a Aliança passa por profundas transformações, muitas

delas ditadas pela escalada do terrorismo a nível planetário. A organização sofreu mais mudanças nos últimos cinco anos do que em toda a sua existência, muito por causa dos atentados ao World Trade Center e ao Pentágono. A criação da NRF – Força de Reacção Rápida – é um exemplo concreto das medidas de curto prazo implementadas no seio da Aliança. Trata-se de uma unidade composta por meios terrestres, aéreos e marítimos, com capacidade expedicionária a nível planetário, e adaptada para agir, em tempo recorde, em qualquer cenário de guerra.

É muito provável que o dossier NRF versus Steadfast Jaguar 2006 venha a ser um dos assuntos em debate na próxima cimeira dos vinte e seis países-membros da NATO, marcada para Novembro, em Riga, Letónia. Essa unidade tem como meta alcançar os vinte e cinco mil soldados, mas resta saber se esse número será atingido ainda antes do encontro de Riga.

A agenda para essa reunião magna da NATO não foi pormenorizada mas parece estar fora de questão a entrada de novos filiados. A expectativa é que essa cimeira não venha a provocar grandes mudanças nos conceitos em vigor na Aliança.

O certo é que Cabo Verde pretende seguir com especial atenção o desenrolar da cimeira e analisar as indicações saídas da reunião que possam auxiliar o processo de aproximação do país com a NATO.

DIPLOMACIA EM CAMPO

Uma das armas que o Palácio da Várzea terá de saber usar na sua estratégia de aproximação à NATO é a diplomacia. Neste domínio, a Embaixada de Cabo Verde em Bruxelas joga um papel fundamental. Na verdade, este serviço diplomático é o ponto focal da cidade da Praia junto dos seus principais parceiros europeus: Holanda, Luxemburgo, União Europeia, sem falar da Bélgica e, já agora, da Aliança Atlântica.

“Esta Embaixada desenvolve uma activi-

dade praticamente política e de cooperação. Os maiores doadores de Cabo Verde à ajuda ao desenvolvimento estão cá: a União Europeia, Holanda e Luxemburgo”, especifica o embaixador Fernando Whanon, que enaltece o papel que esse serviço diplomático teve no *“Steadfast Jaguar”* e que, como diz, vai continuar a desempenhar nas relações futuras entre Cabo Verde e a Aliança Atlântica.

Questionado sobre a parceria estratégica que Praia pretende construir com a União Europeia, Whanon assegurou que esse processo é ditado pelas necessidades de desenvolvimento do arquipélago e que tem vindo a trilhar o seu caminho de forma natural. *“Neste diálogo, adianta o diplomata, temos encontrado a maior abertura pelos lados da Comissão responsável por esse dossier”,* assegura.

Centro da União Europeia e do Quartel Geral da NATO, a Bélgica é também um dos destinos da emigração cabo-verdiana. Todavia, o número de compatriotas residentes nesse Estado europeu não chega a seiscentas pessoas. Segundo Fernando Whanon, a Bélgica, em comparação com a Holanda e Luxemburgo, não tem uma grande concentração de emigrantes cabo-verdianos. Por outro lado, assegura, os nossos emigrantes aqui são indivíduos praticamente integrados na sociedade belga.

“Muitos desses emigrantes são do tempo colonial, fizeram os seus estudos universitários na Bélgica e trabalham aqui em empresas e organizações. Este grupo está mais localizado em Bruxelas. Disparamos de um outro grupo estabelecido pelos lados da Antuérpia, por ser uma zona portuária”, explica o embaixador cabo-verdiano.

Devido ao número reduzido de emigrantes, e por estes estarem praticamente inseridos na sociedade belga, a emigração não representa a principal actividade diplomática da Embaixada de Cabo Verde. Muito pelo contrário, as atenções desse serviço estão concentradas nas relações diplomáticas junto da União Europeia, Holanda, Luxemburgo, Bélgica e com a NATO.

Kim-Zé Brito

PAICV

e

MpD

testam



asemana Sexta-feira, 27 de Outubro de 2006

O PAICV e o MpD escolheram este final de semana para fazer a sua “*rentrée*” política. O PAICV, ontem, com a abertura das suas primeiras jornadas parlamentares deste novo ano legislativo, e o MpD, amanhã, com um comício na Assomada.

Para o PAICV, o arranque do seu ano político começou, verdadeiramente falando, com a realização do seu XI Congresso, que reconduziu José Maria Neves à presidência do partido. Contudo, em

nome da tradição, simbolicamente, a sua “*rentrée*” política ficou ontem assinalada com a abertura solene das suas jornadas parlamentares, no salão de banquetes do Palácio da Assembleia Nacional.

Como de hábito, José Maria Neves aproveitou o acto de ontem para lançar algumas das ideias-força para este novo ano político, que se pretende de muito trabalho e muitas realizações, com vista à “*transformação de Cabo Verde*”. Isto

na linha do consignado há poucos dias pelo congresso do PAICV.

O MpD, por seu turno, tem uma estratégia diferente, mais virada para grandes concentrações, a mostrar a força popular já no arranque deste ano político. Saído também ele há um mês da convenção que consagrou Jorge Santos, o maior partido da oposição marcou para amanhã, 28, na Assomada, um comício, a ser presidido pelo seu novel líder.

E dada a importância que atribui ao acto de amanhã, a máquina ventoinha está a preparar, com algum cuidado, o meeting de Santa Catarina que começa às 13 horas e tem Jorge Santos como principal orador.

Durante o seu discurso, Santos deverá atestar as suas baterias contra a governação do PAICV, onde, segundo uma fonte desse partido “*a insegurança reinante no país, a precariedade de emprego públi-*

PARLAMENTO

Formação e questões

O ano parlamentar arranca, na segunda-feira, com o debate sobre a situação da justiça em Cabo Verde. Essa primeira sessão da Assembleia Nacional será, de resto, preenchida com perguntas ao governo, debate e votação da lei de bases do planeamento económico e social. Mas, tendo em conta a natureza dessa sessão, não será surpresa se algum dos actores políticos decidir assinalar o dia com alguma declaração política.

Mas essa toada morna da primeira sessão é só o arranque de um ano parlamentar que promete algumas mudanças. O presidente Aristides Lima apontou a este jornal a aprovação do novo regimento e lei orgânica da AN como outros momentos importantes para a vida parlamentar. “*Já temos uma proposta feita pela comissão que trabalhou nesses dois assuntos, e pela sua natureza são temas que carecem ainda de alguma discussão interna*”, refere.

A par disso, Lima acrescenta que a casa a que preside vai continuar a apostar na formação dos deputados e funcionários. E na linha do que tem vindo a fazer em parceria com

a Fundação Friedrich Ebert (Alemanha), está agendado para meados de Novembro, um fórum sobre o “*estatuto dos grupos parlamentares e técnicas de análise de políticas*”.

Neste momento, encontra-se a estagiar na Assembleia da República, em Lisboa, um grupo composto por técnicos das duas bancadas, PAICV e MpD, e assessores da AN. “*Continuamos a apostar na formação do nosso pessoal, aproveitando oportunidades vindas do Brasil e Portugal, por exemplo*”, aponta Aristides Lima.

A nível dos grupos, este deve ser o ano em que o PAICV e o MpD deverão tentar o consenso em relação a alguns aspectos da sua agenda política nacional. Contudo, por aquilo que foi avançado a este jornal, o MpD ainda não tem definida uma agenda para este ano, pois, por ora, o arranque da nova temporada acontece mais a nível interno do partido.

Ainda assim, o presidente daquela bancada, Ulisses Correia e Silva, garante que ele e os seus estão a preparar-se para ter uma boa prestação no debate da AN sobre o Estado da Justiça, agendado para segunda-feira, 30. “*Vamos tomar*

uma posição, que vem sendo consensualizada desde o dia 24 a nível das jornadas parlamentares, sobre os diferentes aspectos constantes do relatório do Conselho Superior da Magistratura Judicial sobre o Estado da Justiça em Cabo Verde”, conclui.

Fora isso, e na linha do que tem sido a posição assumida pelos dirigentes do MpD, a questão do Código Eleitoral e a das ZDTI’s são alguns dos pontos que aquela bancada conta explorar no decorrer deste novo ano parlamentar. Tanto mais que, em relação às ZDTI’s, é sua intenção interpelar o governo sobre o assunto.

Já para o líder parlamentar do PAICV, Rui Semedo, este é um ano em que as “*questões de regime*” deverão dominar a agenda tambarina, a começar pela revisão da Constituição, um assunto que, a seu ver, condiciona vários outros temas de que se tem falado nos últimos tempos. Um deles tem que ver com a necessidade de se rever o Código Eleitoral. “*A revisão do Código Eleitoral é uma questão à volta da qual estamos há algum tempo à procura de consenso*”, aponta.



ambaterias

co, o arrefecimento da economia, a problemática da gestão das ZDTI's" aparecem como as linhas-força. A nova política de solo anunciada pelo executivo de JMN, também deve ser considerada pelo líder da oposição como "mais uma fuga em frente" do governo face à contestação gerada à volta das ZDTI's.

O comício de Assomada servirá ainda para JS falar da reestruturação

interna do partido, devendo o mesmo anunciar os novos titulares para os organismos auxiliares do Secretariado Nacional, escolhidos numa das recentes reuniões da Comissão Política do MpD. E anunciará que José Tomás Veiga é o novo responsável do Comité de Políticas, Mário Silva chefiará o Gabinete de Imagem e João Medina, o Gabinete das Relações Externas.

São Vicente é o outro ponto do

território nacional que conhece uma "rentrée" movimentada do MpD. Ali está previsto, no próximo dia 3 de Novembro, um "meeting" no desactivado cinema Éden-Park e segundo o coordenador do MpD na ilha, João Santos, a reunião vai juntar essencialmente os militantes e amigos do partido. A cerimónia será também presidida por Jorge Santos.

JVL/ADP

ões de regime

Um outro tema é o da revisão do regimento da AN, apesar deste ser um assunto que pode ser aprovado por maioria simples. "Mesmo assim", esclarece Semedo, "seria importante conseguir um entendimento com as outras forças políticas, em especial o MpD, para que possamos dotar o parlamento de um regimento à altura dos desafios que interpelam esse órgão de soberania".

Fora isso, Rui Semedo lembra algumas questões pendentes, que se arrastam desde a anterior legislatura. "Continua a ser nossa preocupação resolver a questão do Conselho da Comunicação Social, achamos que a não reconstituição desse órgão desde 2001, é algo que envergonha todo o parlamento".

Outro órgão exterior do parlamento que precisa de alguns acertos, na óptica do PAICV, é a Comissão Nacional de Eleições visto que tem membros cujo mandato já expirou. "Vem aí mais uma eleição (Autárquicas de 2008) e seria bom que a CNE fosse para esse acto com o mandato de todos os seus membros regularizado", alerta Semedo, que tem a CNE como um órgão vital para o bom funcionamento de democracia.

A escolha do Provedor da Justiça é outro desafio que o PAICV se propõe vencer este ano. Isto porque o MpD defende para agora um Tribunal Constitucional, enquanto o governo pretende que o TC seja instalado em 2008. Sendo assim, facilmente se conclui que este vai continuar a ser um ponto de discórdia entre a maioria e a minoria. Aliás, conseguir um substituto para o juiz-conselheiro Raul Varela continua a configurar-se como uma tarefa de titãs para as duas bancadas.

Tirando isso, segundo Rui Semedo, há as "questões normais" ou "acções próprias" do grupo parlamentar, decorrentes da sustentação e da fiscalização da actividade governativa, que a maioria conta realizar neste novo ano político. "A nossa ideia é exercer essa dupla função através da interpelação, declarações políticas e perguntas ao governo", diz Semedo, que não se esquece, entretanto, da preocupação da sua bancada em manter uma relação de proximidade com os eleitores. Isso, segundo aquele deputado, será feito através de visitas aos círculos eleitorais e jornadas temáticas descentralizadas, "na linha do mandato anterior".

JVL



**José Maria e Jorge Santos
preparam encontro**

O presidente do MpD, que esta semana foi recebido pelo presidente Pedro Pires, vai-se encontrar brevemente com o primeiro-ministro José Maria Neves. De acordo com dados recolhidos por este jornal, o encontro não tem ainda data marcada, mas deve acontecer logo que as duas partes tiverem definida uma agenda para essa "cimeira" que se pretende seja ao mais alto nível.

Dada a necessidade de haver "consenso" em torno de determinadas matérias de regime entre o PAICV e o MpD, o encontro entre Neves e Santos deverá, inevitavelmente, ter sobre a mesa a revisão da Constituição, Código Eleitoral e a lei de financiamento dos partidos políticos. Estes três pontos foram considerados "essenciais" por parte de uma das nossas fontes, para quem neste momento está-se a desenhar uma "forte possibilidade de diálogo" entre o chefe do governo e o líder do maior partido da oposição.

"Mesmo a nível da política externa, é possível perceber essa aproximação", acredita a referida fonte, que aponta como exemplo de tal aproximação o dossier CEDEAO. "Esta semana ao falar para a imprensa, depois de ser recebido pelo presidente da República, Jorge Santos não falou da saída de Cabo Verde da CEDEAO, mas sim do fim da livre circulação de pessoas. Ora isto é o que defendeu o primeiro-ministro na última entrevista que concedeu ao jornal *A Semana*".

Ainda a nível da política externa, tanto o governo como a oposição têm vindo a defender um maior estreitamento das relações entre Cabo Verde e a Nato. Esta coincidência de pontos de vista demonstra, na prática, que a política externa tende cada vez mais a ser um denominador comum entre as duas maiores forças políticas.

Um outro ponto passível de entendimento é a necessidade de se travar os gastos eleitorais e barrar caminho à corrupção eleitoral em Cabo Verde. À semelhança do que aconteceu recentemente no Brasil, medidas de fundo poderão ser adoptadas a nível do Código Eleitoral, de modo a restringir os gastos.

"No fundo", comenta um observador, "os dois maiores partidos cabo-verdianos perceberam que não podem continuar a endividar-se para ganhar as eleições. Alguém começou com isso e é chegada a hora de alguém travar essa onda. Se a iniciativa parte do MpD ou do PAICV é irrelevante, porque em jogo está a própria qualidade e a sobrevivência da democracia em Cabo Verde".

JVL

Sexta-feira, 27 de Outubro de 2006

asemana

Agenda política

UNTC-CS no congresso mundial de Viena

A UNTC-CS é a única entidade nacional que vai, através do seu secretário-geral, representar Cabo Verde no XI Congresso Mundial da Confederação Internacional dos Sindicatos Livres, a acontecer de 31 deste mês a 3 de Novembro, em Viena, Áustria. O evento deverá dissolver a CISL que, fundindo-se à Confederação Mundial do Trabalho, dará lugar a uma nova organização sindical mundial.

O secretário geral da UNTC-CS, avança que o congresso da Confederação Internacional dos Sindicatos Livres terá dois momentos distintos: no 1º dia, proceder-se-á à dissolução da CISL e, de 1 a 3 de Novembro, criar-se-á uma organização, que resulta da junção da extinta CISL com a Confederação Mundial do Trabalho. Nascerá assim, segundo Júlio Ascensão Silva, a Confederação Sindical Internacional (CSI).

A reunião de Viena aprovará a declaração de princípio e os estatutos da nova entidade sindical mundial e elegerá os seus órgãos dirigentes. Gui Ryder, secretário-geral cessante da CISL, deverá, segundo as nossas fontes, ser conduzido ao cargo de presidente da unificada organização sindical mundial - CSI.

Esta integrará, juntamente com os membros da Confederação Mundial do Trabalho, os 155 milhões de sócios da CISL, que representam 241 organizações - incluindo a UNTC-CS de Cabo Verde - distribuídas por 156 países da África, Ásia, América, Europa e Austrália.

Ascensão Silva anuncia, por outro lado, que o Conselho Nacional da UNTC-CS deverá reunir-se nos dias 17 e 18 de Novembro, para analisar e tomar posição sobre vários aspectos relacionados com a situação sócio-laboral, económica e política reinante em Cabo Verde. Dentre outras matérias sobre a mesa, Silva destaca a proposta de lei do governo que cria, pela primeira vez, o Conselho Económico e Social, previsto na Constituição da República. "O parecer da UNTC-CS relativamente à criação do CES vai sobretudo no sentido de se evitar que o Conselho da Concertação Social fique esvaziado do seu conteúdo, ao ser integrado como membro do referido organismo de consulta do governo em matéria da política económico-social a ser instituída".

O CN da União Nacional dos Trabalhadores deverá ainda apreciar a problemática da integração dos funcionários públicos no INPS, o funcionamento deficiente das instituições públicas do sector de trabalho, o processo de aprovação do novo Código de Trabalho, o futuro do Centro Social nº de Maio e vários aspectos relacionados com a vida interna da organização.

ADP

NOVA GRELHA SALARIAL



O governo, através da ministra da Educação e Ensino Superior, aceitou o ultimato do Sindicato Nacional dos Professores e vai estudar uma nova grelha salarial para o pessoal do ensino secundário. O SINDEP, por seu turno, comenta a este jornal que, com esta medida, espera ver resolvida, a partir de 2008, a reclassificação para a carreira desses docentes, em atraso desde 2005.

A ministra, Filomena Martins já criou um grupo de trabalho que terá por missão realizar um "estudo e elaborar os cenários possíveis para a revisão da grelha salarial para os professores do Ensino Secundário". Esta equipa integra três técnicos do MEES: Ulisses Monteiro, Nelson Silva e Francisco Nascimento, respectivamente director de recursos humanos, director da administração e finanças e técnico do mesmo ministério. Os outros dois restantes membros do citado GT, um sindicalista e um economista, serão indicados brevemente, sob proposta do SINDEP.

O grupo em causa deve começar a trabalhar de imediato e com base num cronograma previamente elaborado e consensualizado pelas partes. Tudo na perspectiva de responder ao ultimato do Sindicato Nacional dos Professores, que quer ver resolvido o atraso na reclassificação dos docentes de ensino secundário, que têm os mais variados graus:

Governo aceita ultimato do SINDEP

mestrados, licenciaturas e bacharelados em universidades e institutos cabo-verdianos e estrangeiros.

A reivindicação de um melhor salário para os professores do ensino secundário vem de 2005, já que o governo, com base na lei do Orçamento do Estado para 2006, congelou a reclassificação para efeito de carreira destes docentes durante o ano em curso. "Mas há um acordo firmado entre o MEES e o SINDEP, segundo o qual os professores de ensino secundário serão reclassificados com efeito retroactivo, mas de forma gradual e com base na data da entrada dos respectivos documentos no Ministério da Educação e Ensino Superior".

Nicolau Furtado fundamenta que existe uma grande diferença entre o actual salário praticado para os docentes do EBI com o curso do Instituto Pedagógico os que bacharéis ou licenciados pelo no ISE e outros estabelecimentos, como universidades cabo-verdianas e estrangeiras. "Os professores do IP com 15, 20,25 e 30 anos de serviço, auferem, respectivamente, mais 10, 20, 30 e 40 % sobre a sua remuneração base. Mas os diferentes professores de ensino secundário que têm 15,20,25 e 30 anos de serviço, só beneficiam de uma redução de carga horária de 2,4,6 e 8 horas, respectivamente".

Diante do quadro acima descrito, o presidente do SINDEP salienta que a sua organização vai defender, durante as próximas rondas negociais, um aumento compensatório para os professores em causa, de forma a evitar a situação "injusta" que é o estarem a receber uma pensão de reforma inferior à dos seus colegas do EBI.

ADP



BANCO DE CABO VERDE

(www.bcv.cv)

TAXAS DE JURO		
Data	Tipo	Taxa (%)
	Oficiais	
31-05-1999	Redesconto	8.50
26-02-2005	Cedência de Liquidez	7.50
05-09-2003	Absorção de Liquidez	1.00
20-10-2006	Mercado Monetário Interbancário 1)	6.00
24-10-2006	Taxa Base Anual 2)	3.06
Títulos da Dívida Pública		
24-10-2006	Bilhetes de Tesouro - 364 dias	3.03
05-09-2006	Obrigações de Tesouro - 4 anos	5.25

TAXAS DE CÂMBIO DO DIA 25-10-2006				
País	Moeda	Unid.	Compra	Venda
CANADA	CAD	1	77.690	77.831
SUICA	CHF	100	6,920.676	6,933.452
DINAMARCA	DKK	100	1,477.690	1,480.379
EUROPA	EUR	1	110.265	110.265
INGLATERRA	GBP	1	164.386	164.689
JAPAO	JPY	100	73.456	73.583
NORUEGA	NOK	100	1,313.603	1,316.293
SUECIA	SEK	100	1,197.078	1,199.935
ESTADOS UNIDOS AMERICA	USD	1	87.823	88.025
SENEGAL	XOF	100	16.810	16.810
AFRICA DO SUL	ZAR	1	11.240	11.442

1. A taxa do Mercado Monetário Interbancário (MMI) é uma taxa média ponderada de oferta de fundos entre as instituições participantes no MMI.

2. A Taxa Base Anual (TBA) é uma taxa indexante para aplicações sem risco, criada para servir de referência à procura e oferta de fundos. É uma taxa anual nominal, convertível semestralmente, equivalente à taxa anual média efectiva das 20 últimas colocações de Bilhetes do Tesouro (BT's), de qualquer prazo, ponderadas pelos respectivos montantes.

O período de referência é o imediatamente a seguir a cada nova emissão.



INSPECÇÃO MÉDICA DOS PNC

“É uma exigência regulamentar das normas da posse dos certificados”

As inspeções médicas do Pessoal Navegante e de Cabine (PNC), que o Sindicato de Transportes, Telecomunicações, Hotelaria e Turismo (Sitthur) considera ilegais e um acto de prepotência e pressão sobre estes trabalhadores, volta a ser notícia com a Agência da Aeronáutica Civil a esclarecer: “O que o Sitthur chama de grande pressão é a exigência regulamentar do cumprimento, pelo pessoal detentor de um certificado de PNC, das normas regulamentares da posse de um certificado médico”.

Esta exigência, afirma Valdemar Correia, presidente da AAC, foi publicada em 2002 e já constava das exigências da ex-Direcção Geral da Aeronáutica Civil, em 1999, tendo o pessoal sido submetido, então, a inspeções médicas. Só que este processo não teve continuidade por “razões conjunturais”.

Valdemar Correia esclarece que as inspeções médicas nunca foram suspensas para que a Direcção-Geral do Trabalho procurasse uma solução de compromisso que satisfizesse as partes. “A AAC acedeu, em 2005, adiar a exigência de certificação médica do PNC por seis meses, após uma reunião com a TACV, DGT e Sitthur, para que se criassem as condições legais de salvaguarda de certos direitos do pessoal que eventualmente não superasse as inspeções”, assegura este responsável.

Essas condições, prossegue, foram criadas pelo Decreto-lei 74/2005 de Novembro, aprovado sob proposta da AAC, que estabelece entre outros a criação de um Conselho Médico da Aeronáutica Civil (CMAC) e os mecanismos de recurso em caso de recusa

de um certificado médico. Compete ao CMAC confirmar as situações de cancelamento do certificado médico mesmo na ausência de recurso. “Tendo sido atendidas as reservas apontadas em 2005, a AAC retomou a partir de Setembro a exigência de inspeções médicas ao PNC para a renovação do seu certificado mediante caducidade”, observa.

Em relação à falta de sustentabilidade legal da medida, quer a nível interno, quer internacional, um recurso em que o Sitthur se tem apoiado, a AAC garante que a generalidade dos países aplica requisitos médicos para o exercício da função PNC, em cumprimento do estabelecido pela ICAO. Entretanto, independentemente deste facto, afirma Valdemar Correia, Cabo Verde é um estado soberano e livre de estabelecer quaisquer normas, acima dos mínimos recomendados pela ICAO, para promover a segurança do transporte aéreo, em aplicação dos termos da Convenção de Chicago.

A AAC esclarece que as suas competências têm amparo no Código Aeronáutico e nos seus estatutos que, como o próprio Sitthur refere, incluem “definir e implementar um sistema de medicina da aviação em conformidade com as normas da ICAO”.

Estranha ainda a AAC que o Sitthur considere que a regulamentação põe em causa as condições contratuais entre os tripulantes e o seu empregador e não o contrário, i.e. que qualquer cláusula contratual é nula se violar o disposto nas leis e regulamentos aplicáveis. Para além disso, é claro que os contratos exis-

tentes não isentam, nem pode qualquer empregador isentar, ninguém de cumprir os regulamentos aplicáveis.

“AAC tem toda a convicção de que todos os utentes do sistema de transporte aéreo compreendem e inclusive exigem que os melhores padrões de segurança sejam implementados com o rigor necessário, para que seja cada dia mais seguro viajar por via aérea de, para e em Cabo Verde. Porque, na realidade, é disto que se trata: segurança do transporte aéreo e não de supostos direitos laborais”.

A AAC congratula-se com o facto de que o PNC, de uma forma geral, tem vindo a aderir de forma muito positiva aos novos regulamentos aeronáuticos, cujo cumprimento tem contribuído indubitavelmente para a melhoria da sua proficiência e de uma cada vez maior dignificação profissional. E informa que até esta data um número próximo de 50% de PNCs já realizou as inspeções médicas exigidas e que todos obtiveram resultado satisfatório.

Este facto demonstra, ainda segundo a AAC, que não existem razões objectivas para alarme. “A atitude de elementos isolados que utilizam as funções para que foram eleitos para defender interesses estranhos aos ideais que têm norteados todos os profissionais que colocam efectivamente a segurança de voo em primeiro lugar, não deve ser confundida com defesa de pretensos direitos laborais”. Termina assim a nota imprensa da Agência da Aeronáutica Civil, que vimos citando.

Constância de Pina

Reajustes salariais na TACV

SITTHUR envia carta ao ministro do Trabalho

O Sindicato dos Transportes, Telecomunicações, Hotelaria e Turismo (Sitthur) remeteu no dia 23, terça-feira, uma carta ao ministro do Trabalho, Família e Solidariedade, com a anuência de outros sindicatos que representam os trabalhadores da TACV, para reclamar a actualização salarial. Na missiva, o Sitthur alega que, na sequência da deliberação do Conselho de Concertação Social de Junho passado, tem vindo a insistir com o CA da empresa para sentarem à mesa e discutirem a questão, mas sem qualquer resultado. Por isso, decidiu recorrer ao governante para que este autorize o CA a conceder o reajuste de 3,5%.

O Sitthur afirma ter recebido, no início de Outubro, uma carta do PCA da TACV em que este comunica que, por estar demissionário há alguns meses, apenas faz a gestão corrente. Daí não ter poderes para aplicar a deliberação do CCS, salvo se houver determinação expressa do accionista único, ou seja, o governo. É baseado neste ponto que o Sitthur se dirige agora ao ministro, solicitando a autorização para o desbloqueio da situação.

“Tendo em conta a deliberação do CCS e, também, o aumento dos preços e do custo de vida, com consequente desgaste do poder de compra dos trabalhadores, vimos solicitar e agradecer a intervenção do Sr. Ministro junto do Governo de que faz parte, no sentido de autorizar o CA da TACV a conceder o reajuste salarial de 3,5% aos seus trabalhadores, à semelhança do que já aconteceu com outras empresas”, lê-se na missiva endereçada ao governante.

Em São Vicente, o Simetec resolveu também juntar a sua voz à do Sitthur. Tomás Aquino garante que os trabalhadores estão a seguir com atenção a luta desencadeada pelos seus pares do Sitthur na Praia, por isso também querem marcar a sua posição. “Penso que esta carta enviada ao ministro é a última tentativa para resolver esta questão. Se não houver uma resposta num prazo razoável, vamos reagir”, afirma.

É que, segundo o mesmo sindicalista, este assunto já é do conhecimento de todos os membros do governo e não há razões plausíveis para alongar a resolução do problema. Tanto mais que a TACV é uma das poucas empresas deste sector que ainda não reajustou os salários. “Outras empresas com situação financeira mais complicada fizeram um esforço para aumentar os salários. Entendemos que já esgotámos todos os meios e, caso não houver uma resposta, penso que não está descartada a hipótese de uma greve geral, com total adesão dos trabalhadores de São Vicente”.

CP

Sexta-feira, 27 de Outubro de 2006

asemana

Correio das Ilhas



MODERNO
Uma firma eficiente para lhe servir







• Importação e comercialização de viaturas novas (Toyota, Ford e Daihatsu) e venda de veículos usados de todas as marcas, peças e acessórios, com entrega imediata. Oficina especializada em todas as marcas.

A sua empresa de aluguer de viaturas, com uma frota moderna de Ford Mondeo motor diesel 2.0DTCI, ar condicionado, vidros eléctricos, fecho central e rádio cassete.

Sede-Oficina (Stand Moderno/Rentauto) Avem. Manuel de Matos • CP - 126 • Tel.: 2319664 • Fax: 2319706 • Loja: Rua Franz Fannoni-43 • Tel.: 2316152-9916296/9966592 • Fax.: 23274705, Vicente - Cabo Verde • E-mail: standmoderno@cvtelecom.cv

“Sinto que fui descartado pela Polícia”

O fatídico 27 de Fevereiro de 2005 ficará para sempre na memória do agente principal da Polícia Nacional José Flávio Ribeiro de Pina como o dia em que, no exercício das suas funções, perdeu uma parte vital do seu corpo, uma perna, mas também como a data em que foi descartado pela instituição que serviu durante 22 anos. Curiosamente, Ribeiro de Pina não se recorda do acidente, sabe apenas que chefiava uma secção de intervenção, numa acção para repor a “*ordem e tranquilidade públicas*”.

As marcas físicas do acidente desapareceram na mesma proporção em que cresceram as feridas psicológicas de José Flávio Ribeiro de Pina, conforme confidenciou ao **A Semana**. É que, afirma, após nove meses de tratamento em Portugal, no Hospital de Santa Maria – onde recebeu uma prótese – regressou a Cabo Verde e, desde então, não tem qualquer informação sobre o andamento do seu processo. Desconhece mesmo se tem de dar entrada a algum documento na PN para saber se continua a ser um agente activo ou se foi reformado compulsaria.

“Nos primeiros dias ainda procurei aproximar-me da instituição. Dei entrada aos papéis solicitando assistência judiciária e pedi o reembolso do dinheiro, 125 contos, que paguei em Portugal do meu bolso, montante que representa 40% do valor da prótese – 60% dos custos foram suportados, acho, pela Embaixada de Cabo Verde. Entretanto, volvidos oito meses, ainda não recebi nenhuma resposta, nada sei sobre o advogado a que tenho direito para me representar neste processo”, desabafa Pina que só quer saber se tem algum direito, se os custos terão de ser suportados pela Segurança Social ou por ele próprio.

Mas a consciência de que está sozinho “*nesta luta*” não foi imediata. Segundo este agente, depois do seu regresso ainda esteve algum tempo a fazer terapia no Hospital Baptista de Sousa em São Vicente, tratamento esse suportado pela Garantia. Por esta altura, prossegue, a POP garantiu-lhe que teria uma viatura disponível sempre que precisasse ao HBS. Entretanto, após algumas sessões teve de suportar sozinho as facturas de táxi. “A POP prometeu levar-me para a fisioterapia. Mas, após as primeiras sessões, começaram a falhar, sem explicação. Para se ter ideia, uma vez telefonei do HBS, depois do tratamento, solicitando viatura e me disseram que primeiro teriam de falar com o comandante porque os carros estavam a ser lavados. E nunca mais apareceram”.

José de Pina indica que não quer apoio financeiro – foi promovido imediatamente a seguir ao acidente -, pois isso não resolve o seu problema e nem traz a sua perna de volta. Gostaria apenas que a POP estivesse mais próxima e lhe dispensasse mais apoio moral e psicológico porque sente-se isolado. “Foi o meu primeiro acidente em 22 anos de trabalho dedicado. Penso que tenho algum direito em exigir mais apoio. Sinto-me abandonado à minha sorte. Não sei o que se passa na PN porque não sou sequer informado das actividades, salvo se conversar com alguns colegas”.

JUVENTUDE DESPERDIÇADA

As mágoas por tudo o que está a passar, considera este agente, são muitas, pois gastou a sua juventude numa instituição que não reconhece nem o esforço e menos ainda o mérito. “Entre na Polícia com 21 anos e saí com 43. Portanto, tenho 22 anos de POP. Durante o tempo em que estive no activo dei mais atenção ao trabalho do que à minha família. Nos fins-de-semana, ao invés de ficar em casa, organizávamos partidas de futebol e convívios para estreitar a nossa ami-

zade, fora do ambiente da esquadra. E por tudo isso, pelo empenho que tive no meu trabalho, entendo que merecia mais”.

Embora não admita que o acidente o tenha afectado psicologicamente, José de Pina deixa transparecer por todos os poros a sua carência de afecto, amizade ou de uma simples conversa. Repete sistematicamente que ninguém se preocupa em saber se está bem de saúde e se a sua vida económica e financeira é estável. “Como entender, apesar do regulamento ser claro neste aspecto, que oito meses depois de dar entrada nos papéis solicitando um advogado, não tenha sido despachado ainda?”, questiona, acrescentando que, por sua iniciativa, constituiu um advogado e mandou as contas para a polícia. “Se decidirem que a responsabilidade é minha pago a conta e pronto”, frisa.

Desesperado, o agente conta que já se deslocou à Praia. Mas, infelizmente, não conseguiu falar com ninguém, a burocracia não deixou. Hoje a sua prótese já pede uma reparação – reduziu de tamanho, o que aumentou significativamente as suas dificuldades para se deslocar – e José de Pina não sabe a quem recorrer. “A reparação só pode ser feita na Praia. Não sei se, mais uma vez, serei eu a arcar com as despesas da viagem e os custos da reparação da prótese. Até agora, cerca de um ano depois, não fizeram o reembolso”.

Diante destas situações, este agente que se considera ainda jovem e com capacidade para continuar a trabalhar na polícia, embora não como operacional, questiona se não vale a pena perguntar pela sua indemnização proveniente do seguro de trabalho. É que para aceder ao seguro, a POP terá de solicitar uma Junta Médica para confirmar o seu estado de saúde. A PN só dirá se ele está activo depois da Junta.

O ACIDENTE

“Excesso de velocidade”. Esta é a informação que consta do relatório da polícia para justificar o acidente, que projectou José Flávio Ribeiro de Pina a mais de cinco metros do local do embate. Eram 5h20 da manhã de 27 de Fevereiro de 2005,



domingo, em frente às instalações do Corpo de Intervenção, e o agente que chefiava a Secção de Intervenção estava numa acção de reposição da ordem e tranquilidade públicas.

A viatura que atropelou o agente e lhe provocou “*lesões corporais graves*”, segundo o boletim médico e o relatório da polícia, um Toyota de caixa aberta Hilux, era conduzida por um indivíduo de 31 anos, que foi detido pela POP. O condutor encontra-se neste momento em liberdade provisória, enquanto aguarda o desenrolar do processo no tribunal.

Para afiliação de José de Pina, ao condutor não foi feito um exame de alcoolemia, dado que o comando não dispõe de instrumento para tal. “Pelo que sei, dei entrada no hospital em estado crítico e fui submetido a uma intervenção cirúrgica de emergência. Entretanto, tendo em conta a gravidade dos ferimentos, fui evacuado para Portugal no dia 4 de Março, onde foi-me amputada uma perna”, finaliza José de Pina.

Constância de Pina

“As pessoas têm dificuldade em assumir a sua incapacidade”

O director de gabinete do Comandante-Geral da Polícia Nacional entende que o maior problema do agente José de Pina “*é a dificuldade em assumir a sua incapacidade física*”. Emanuel Spencer acredita que outras questões mais concretas, como o reembolso das despesas com o tratamento e a prótese, o seguro e a indemnização, serão despachadas num tempo, relativamente curto, de “*poucos meses*”.

Relativamente ao seguro, Spencer explica que, logo após o acidente, a Garantia foi informada, pelo que o

processo está meio encaminhado. “*Há ainda algumas démarches que precisam ser feitas. Por exemplo, o agente José de Pina entregou o relatório médico que trouxe de Portugal ao delegado de Saúde de São Vicente e lá disseram-lhe que cabia à polícia solicitar a Junta. Entretanto, a informação que temos é que também ele podia fazer o pedido de forma a agilizar o processo, que terá depois de ser encaminhado para a empresa seguradora para efeito de desbloqueio do seguro*”.

O mesmo “*percurso*” terá de ser feito depois por José de Pina para conseguir a aposentação e a indemnização, de acordo com este responsável que tem o dossier em mãos. Isso porque, afirma, o processo está em curso, mas faltam algumas démarches, que terão de ser feitas pelo agente, o principal interessado no desfecho do processo. “*Sei que ele tem vontade de voltar a trabalhar. Mas caberá à Junta Médica dizer se está apto. De qualquer forma, penso que ele nunca solicitou a Junta porque as pessoas têm*

alguma dificuldade em aceitar a sua incapacidade”, revela.

O director de gabinete do Comando-Geral da PN lembra que o agente foi promovido após o atropelamento e que continua a receber o seu salário. Mais, o Comando Regional da PN de São Vicente disponibilizou-lhe uma viatura. Portanto, “*ele teve todo o apoio institucional. No entanto, entendemos que talvez ele precisa de apoio psicológico para aceitar*” a sua nova condição.

CP

Uma mãe terá engendrado uma tramóia contra a sua “combossa”, usando como arma a própria filha de dois anos. O caso espantou a cidade do Mindelo pois, à primeira vista, muita gente pensou que se tratava de um rapto.



Mãe acusada de orquestrar “rapto” da própria filha

A intenção da mãe da menor seria preparar um cenário que pudesse apontar para um eventual acto de sequestro por parte da sua rival, isto na perspectiva das autoridades policiais. Informações recolhidas pelo Comando da PN no Mindelo indicam que a mãe, auxiliada inocentemente por outras duas amigas, mandou uma moça desconhecida pegar a filha em casa da avó paterna. Segundo o Comissário João Santos, a própria mãe deu instruções à moça, incluindo o nome da criança, para convencer a avó a entregar-lhe a menina de dois anos, sob o pretexto de que ela iria experimentar um par de sapatos.

Porém, a criança negou ir para os braços de uma pessoa estranha. E perante a relutância da bebé, a avó mandou um filho dela acompanhar a miúda e levar, ele próprio, a criança. Só que este contratempo não estava, a priori, nos planos da mãe. Pois, com base no apurado pela polícia, mal pôs o seu plano em acção ela correu para a esquadra a relatar uma alegada tentativa de rapto.

Dado o alarme, a polícia começou a averiguar a ocorrência. Em pouco tempo verificou que as evidências apontavam para uma provável tramóia montada pela própria mãe da bebé. E logo que as duas amigas souberam da si-

tução foram desmentir a mãe junto das autoridades.

“Logo que as duas amigas da mãe da criança souberam da queixa vieram logo desmentir a versão dela. Disseram que a intenção era somente dar um susto numa determinada pessoa”, conta o chefe da esquadra da PN em S. Vicente, para quem não houve nenhuma tentativa de rapto ou sequestro.

Todavia, acredita que a intenção da mãe era fazer crer que a namorada do seu ex-namorado tentou raptar a criança. Como explica, a criança deveria ser depois entregue a um porteiro da Escola Técnica, instituição onde trabalha uma tia da me-

nor, com um bilhete a deixar entender que a namorada do pai da criança pensou em raptar a bebé mas que, entretanto, arrependeu-se desse plano. O bilhete terá sido escrito pela mãe da menor mas foi assinado com o nome da sua rival, segundo a polícia.

Para o Comissário João Santos, este caso não constituiu um crime de rapto ou de sequestro. Mesmo assim, o processo foi passado para a Judiciária que está a aprofundar as investigações sobre este enredo “*bom pá filme*”. A mãe da criança ficou retida na esquadra da PN por algumas horas e só foi libertada no dia seguinte.

Rabidante presa por tráfico de drogas

A Polícia Judiciária apreendeu, dia 20, no Aeroporto Internacional da Praia, cerca de quatro quilos de cocaína com elevado grau de pureza. A droga vinha de Fortaleza e estava escondida no interior de quinze pares de sapato para senhoras.

De acordo com uma fonte da PJ, a droga pertencia a uma cidadã cabo-verdiana, comerciante do Sucupira, conhecida por Olinda, que desembarcava do voo Fortaleza-Praia num dos aviões da TACV. Outras pessoas estão a ser investigadas por envolvimento no caso.

Conforme a nossa fonte, a suspeita, apercebendo-se da presença da PJ no terminal de chegada do Aeroporto da Praia, deixou o local, abandonando a mala que continha cocaína, mas acabou sendo presa, pouco depois, no período da tarde, dentro do seu automóvel, na Achada de Santo António.

Olinda, que mora no bairro de Pensamento, Praia, foi apresentada dia 21 ao Tribunal da Comarca da Praia, onde foi submetida a um primeiro interrogatório para a legalização da prisão. Neste momento, encontra-se detida preventivamente, na Cadeia Civil de São Martinho, onde aguarda o julgamento.

Olinda, de 34 anos, já tinha sido presa em Fevereiro de 1999, também por envolvimento no tráfico de drogas. Na altura, conforme a nossa fonte, a comerciante foi absolvida por falta de provas. Mas a PJ não desistiu e manteve-a sob investigação, o que fez com que na última sexta-feira a pudesse apanhar quase em flagrante delito.

Dois dias antes desta apreensão no Aeroporto da Praia, a PJ deteve, no Sal, também por tráfico de drogas, cinco cidadãos estrangeiros – três nigerianos, um liberiano e um conacri-guineense – que habitavam a mesma casa na Vila de Santa Maria. De acordo com a PJ, o grupo dedicava-se à venda directa de diferentes tipos de estupefacientes aos consumidores.

Com os suspeitos foram encontrados 46,1 gramas de cocaína e 63,8 gramas de cannabis. Tinham ainda em seu poder 147 contos, 512 euros e 22 dólares. A PJ apreendeu também vários telemóveis, leitores de MP3, televisores, rádio-cassetes e CD's, objectos supostamente trocados por droga.

Os detidos foram ouvidos, dia 20, em primeiro interrogatório judicial, no Tribunal Criminal da Comarca do Sal, tendo o juiz decretado a prisão preventiva a dois nigerianos e ao cidadão natural da Guiné-Conacri. Um outro nigeriano e o liberiano ficaram sob termo de identidade e residência. SF

Nilton Fortes quase apanha pena máxima

O Tribunal de S. Vicente condenou Nilton Fortes a 14 anos e oito meses de cadeia pelo assassinato, à facada, do ex-aluno liceal Edson Maurício, no passado mês de Fevereiro, em plena euforia do Carnaval. A sentença proferida no dia 23 de Outubro considerou que o arguido cometeu um homicídio simples, cuja moldura penal oscila entre os dez e os 16 anos de prisão, e condenou-o a 14 anos e quatro meses de detenção carcerária. Além disso, Fortes foi ainda condenado a mais quatro meses de cadeia por posse de arma branca. Feito o cúmulo jurídico, o autor do assassinato de Edson Maurício apanhou catorze anos e oito meses de cadeia.

Caso o Tribunal tivesse tido a mesma interpretação dos factos que o Ministério Público, o réu poderia ser condenado por homicídio qualificado, cuja pena vai de 15 a 25 anos de prisão. Mesmo assim, o Tribunal da primeira instância aproximou-se bastante da condenação máxima permitida por lei para o crime de homicídio simples. KzB

Assaltantes voltam a atacar na Praia

Depois de alguns meses de acalmia, com a polícia a apertar o cerco, os larápios voltam a atacar em alguns bairros da capital. Vários casos já foram relatados por pessoas que foram assaltadas no Palmarejo e na Achadinha. Estes contradizem os dados apresentados no relatório do último trimestre apresentado pela Polícia Nacional, esta semana, que aponta para uma diminuição da criminalidade na capital, em relação à mesma época do ano passado.

Só na última semana, pelo menos quatro pessoas foram assaltadas no Palmarejo. Vários outros casos de assaltos na via pública já foram registados nas zonas do Sucupira e Achadinha, na última quinzena de Outubro. A maioria desses crimes foi cometida, segundo as vítimas, por uma ou duas pessoas, que, de tocaia e no escuro, fazem do provérbio “*a ocasião faz o ladrão*” a sua bandeira.

Na madrugada de terça-feira passada, um morador do Palmarejo perdeu quase tudo o que tinha em casa. Segundo a vítima, alguém entrou em sua casa roubando dois computadores, livros, CD's e documentos importantes de trabalho. Uma outra proprietária emigrada na Holanda, ao chegar à Praia, para passar férias na sua casinha que mobilou e decorou com todo o amor encontrou-a

vazia. Com os relatos passando de boca em boca, a população praiense volta a inquietar-se e a sentir-se ameaçada com a volta e a ousadia dos larápios. “*Agora volto a ter medo de andar sozinha na rua. E eu que pensei que esta situação já se tinha normalizado*”, lamenta uma fonte.

A **Semana** tentou confirmar esses relatos com os registos de ocorrência na Esquadra de Palmarejo, mas, segundo um agente que se encontrava de serviço na hora, esses dados só podem ser fornecidos pelo chefe de esquadra. O nosso jornal sabe, no entanto, que de momento o posto de Palmarejo está sem chefe, o anterior já lá não está e outro que devia assumir o cargo desde o passado dia 20 ainda não chegou.

Procurado por este semanário, o comandante da POP pela Região da Praia, Alcides da Luz, diz não considerar esses casos muito alarmantes. “*Tudo está sob controlo. São casos esporádicos*”. Até porque, salienta Luz, os registos dos últimos seis meses apontam para uma diminuição do índice de criminalidade na capital do país. De acordo com a estatística criminal referente ao segundo e terceiro trimestres, no concelho da Praia registaram-se menos 223 crimes contra a propriedade e menos 186 casos de roubos e furtos. A nível nacional, a Praia

aparece em quarto lugar no índice de criminalidade – que mede a proporção de crimes por cada mil habitantes –, com 40,8 crimes por cada mil habitantes. Uma tabela liderada pela ilha do Sal (97,3), seguida pela Brava (72,1) e Boa Vista (58,2).

De acordo com Alcides da Luz, a volta dos assaltos explica-se pela proximidade da época festiva, altura em que, todos os anos, se registam mais roubos e furtos. Só que, ultimamente, “*com mais ousadia*”. Mas este responsável assegura: “*Já estamos a intervir para repor a ordem e a segurança pública. Três pessoas já foram detidas por envolvimento nos assaltos*”. E para controlar ainda mais essa situação, adianta: “*Vamos entrar já com um Plano de Segurança Natal/Fim do Ano, com operações stop diurnas e nocturnas nos pontos mais críticos da cidade*”.

Durante toda essa época, assegura Luz, a capital terá uma forte presença policial através de rusgas e operações stop, sobretudo nas zonas comerciais, lugares onde há maior concentração e circulação de pessoas durante as festas. Mais ainda: “*Haverá reforços no patrulhamento dos locais que registam maior índice de assaltos e roubos*”.

Silvia Frederico